

## Espaço rural em transformação: um lugar de (qual) memória?

Prof. Dr. Múcio Tosta Gonçalves<sup>1</sup>  
Prof. do Unicentro Newton Paiva  
[mucio@twi.com.br](mailto:mucio@twi.com.br)

### Resumo

Interpretando um processo histórico de produção de um território subordinado ao desenvolvimento de atividades agroindustriais baseadas em grandes plantações florestais homogêneas e por meio do qual o mundo rural local sofreu transformações significativas, o artigo discute como os diversos atores privados e públicos, dominantes e subordinados construíram uma leitura própria dos elementos dessa história e aborda as principais implicações tanto do processo quanto da forma como ele foi apropriado e elaborado.

### Palavras-chave

Espaço rural; memória; plantações florestais.

### Abstract

Interpreting a historical process of production of a territory subordinated to the development of agro-industrial activities based in homogeneous forest plantations by means of which the local agricultural world suffered significant transformations, the article asks to know as the private and public, dominant and subordinate actors had constructed a proper reading of this history and what are the main implications of the process and how it was appropriate and elaborated by those actors.

O presente artigo discute alguns aspectos relativos às representações sociais e políticas sobre o passado e o presente feitas por produtores rurais familiares, trabalhadores rurais e mediadores em uma região do estado de Minas Gerais, aqui denominada Vales do Aço e do Rio Doce<sup>2</sup>. A partir de investigações realizadas em campo junto àqueles atores e tendo como contrapartida das suas interpretações o discurso oficial sobre *o que é* a região, a intenção do artigo é a de perceber como o processo de transformação em curso nesse lugar foi registrado e até que ponto esse registro operou no sentido de produzir respostas sociais.

Mister dizer que a presente análise não pretende ser original no sentido de perceber mudanças sociais vinculadas a alterações espaciais promovidas pelas atividades de ocupação e ordenamento do espaço a partir do desmatamento, do carvoejamento e da introdução de plantações florestais em regiões originariamente rurais ou agrícolas, inclusive por que tais atividades não foram e nem são particulares de Minas Gerais. No caso brasileiro, situações similares ocorreram também e

especialmente na Bahia, no Espírito Santo e nos estados submetidos ao Programa Grande Carajás (conforme, dentre outros, IDESP, 1988; Gonçalves et alii, 1994; Andrade, 1995; Gonçalves e Machado, 1996; Carrere e Lohmann, 1996 e Gonçalves, 1997). Espaços sociais historicamente formados por populações inicialmente vinculadas à produção para auto-consumo e para mercados locais, essas regiões e seus habitantes foram pouco a pouco vendo suas estratégias de vida e de reprodução sociais, econômicas e culturais sendo modificadas pela penetração da monocultura comercial de madeira.

A instilação dessas atividades nos espaços regionais ocupados por uma população rural inserida em ambientes previamente florestais desqualificou econômica e socialmente a pequena produção agrícola, através de um discurso que a apresentou e ainda apresenta como sendo atrasada, improdutiva e incapaz de se auto sustentar.

Numa perspectiva, esses argumentos representam a leitura capitalista de uma realidade social e econômica que não atende às suas necessidades específicas. Como corolário, esse discurso propõe que esses produtores e suas famílias não devem mais produzir (preferencialmente) para si e para os seus, e sim para o “mercado”, atendendo a outros fins que não os de garantir a sua reprodução.

Nesse sentido pode-se concordar com Neves (1987, p. 106) quando ela afirma que os mecanismos que permitem a integração do mundo rural ao modo de produção capitalista “se conformam a partir da imposição de atributos negativos” à agricultura e aos produtores familiares de regiões ou locais considerados atrasados e se perpetuam por meio da propaganda que diz ser a atividade capitalista (no caso a ser aqui analisado, o das plantações florestais homogêneas) mais “racional, progressista, fundada em bases científicas”. De acordo ainda com esta mesma autora, então, a modernização capitalista “*implica, assim, entre outros aspectos, a domesticação*”.

Adicionalmente, se é possível afirmar que a transformação capitalista do campo é o elemento chave na condução das mudanças, deve-se entender que a diferenciação produzida nas classes rurais subalternas existentes no espaço alterado ou transformado resulta, também, de como era constituída essa base social preexistente e de como foram criadas as alianças e as articulações entre grupos que criaram, legitimaram e permitiram a adesão aos novos recursos que passaram a estar disponíveis (Neves, 1985; Gonçalves, 2001).

Essas questões remetem o esforço de pesquisa para a entender as *representações* de como se formaram e evoluíram os tipos de relações sociais responsáveis pela construção de uma estrutura fundiária dominada pelo latifúndio e pela submissão da pequena produção, base sobre a qual se erigiram o projeto capitalista (da grande empresa “florestal”) e as reações políticas da população contrária a ele. Desse conhecimento, então, pode-se analisar a constituição, as virtudes e os limites dos diversos mecanismos de resistência utilizados diante dessa monocultura capitalista.

Para tentar obter algumas respostas para tais questões, será apresentada uma análise ligeira de transformações ocorridas na região analisada, a partir do que serão propostos alguns elementos

de interpretação de como foram percebidas as mudanças ocorridas com o rural local. Essa apresentação, mesmo que limitada, permitirá que se perceba que a existência de uma dotação física de recursos de importância econômica e estratégica na região, ao lado da criação de um “perfil” para ela – sobretudo por parte do discurso oficial e dominante, permitem entender essa porção do território como o palco de uma disputa entre modos de usar e viver a terra que se opuseram e ainda se opõem.

Um dos exemplos visíveis dessa afirmação é o município de João Monlevade, criado em 1934 a partir das necessidades da Cia. Siderúrgica Belgo-Mineira – CSBM em criar moradias para seus trabalhadores, o que a levou a realizar um concurso nacional de urbanismo. No mesmo sentido, Ipatinga, cidade mono-industrial, foi elevada à condição de município ao mesmo tempo em que era redesenhada conforme os interesses locacionais da planta da Usiminas, que cinde a cidade no sentido SE-NE, e divide os bairros novos, espaços urbanos planejados destinados aos funcionários graduados, dos antigos espaços tradicionais dos operários (Monte-Mór et al., 1997). Em outro município, Timóteo, a distinção transparece na identificação do lugar: quem entra na cidade pela rodovia está em “Acesita” (nome da firma siderúrgica Aços Especiais Itabira, produtora de aço inoxidável que separa o núcleo urbano desse Timóteo dos demais municípios do Aglomerado Urbano do Vale do Aço); uma vez contornada a usina e seguindo as avenidas em direção ao antigo núcleo urbano é que se chegará, então, a Timóteo... (Gonçalves, 2001).

Essa mesma situação não aconteceu nos outros municípios que compõem o território delimitado para a pesquisa sobre as transformações sociais e territoriais provocadas pelas plantações florestais. Isso não quer dizer que vários desses pequenos municípios, muitos de população basicamente rural, não tenham tido como referência de ordenamento do urbano algo semelhante ao ocorrido com os três municípios mencionados anteriormente, sobretudo no que diz respeito ao esvaziamento dos núcleos originários e à ampliação da ocupação dos terrenos periféricos por loteamentos de trabalhadores das usinas siderúrgicas e demais firmas industriais e comerciais instaladas na região.

Não foi por outra razão que no governo de Rondon Pacheco (1971-1975) consolidou-se a interpretação de que o território analisado não se caracterizava como uma “*região funcional*”<sup>3</sup> e sim como uma “*região de intervenção*”, que por isso mesmo deveria ser “*objeto de um amplo programa de desenvolvimento*” com o objetivo de “*torna-la uma região espacial e economicamente organizada, para suportar o impacto e aproveitar o seu imenso potencial de crescimento*”, sobretudo através de modificações em seus sistemas viários e de comunicação (FJP, 1974, p. 11).

Como parte da paisagem da bacia do Rio Doce, e banhado por seus afluentes mineiros, o território analisado pertence ao antigo domínio da Mata Atlântica. Sua conformação, segundo a interpretação técnica oficial, era a de uma paisagem de “*áreas montanhosas e muito acidentadas, onde se verifica uma economia rudimentar e de subsistência, caracterizada pelas atividades agropecuárias, e onde se situam os núcleos de menor dinamismo e com população bastante rarefeita*”,

contrastando com “*áreas de menor altitude e menos acidentadas contendo várzeas que se estendem às margens dos rios Piracicaba, Doce e Santo Antônio, formando pequenas planícies*”, nas quais “*localizam-se as principais cidades e as grandes indústrias da região ... [e] desenvolvem-se, com alguma intensidade, atividades relativas à agricultura e à pecuária*” (FJP, 1974, p. 8).

Tradução explícita de um ideário modernizador, a separação física opôs, de um lado, uma “*economia rudimentar*” às cidades “*principais*”. Nessa mesma perspectiva, com o objetivo de diagnosticar para poder planejar o uso e o desenvolvimento do espaço regional, um estudo de 1969 feito por uma empresa de consultoria, a SEITEC, interpretou e classificou o território objeto de análise como hierarquicamente composto por áreas rurais montanhosas de um lado e por cidades e uma agricultura mercantil de outro, formando um setor “*vocacionado*” para a mineração, a siderurgia e a silvicultura (para a discussão de como esse diagnóstico favoreceu a expansão das plantações, consultar Gonçalves, 2001).

Se existiu, o que essa hierarquia indica é a predominância de um novo tipo de ocupação do espaço, que se manifestou ao longo da década de 1970 e das seguintes por meio da eliminação das formas de ocupação do solo e organização da economia consideradas atrasadas pelos sucessivos governos estaduais e pelas empresas. Assim, em um estudo feito sobre a formação da cidade de Timóteo, Fagundes et alii (1992, p. 58), apresentam um exemplo do argumento aqui apresentado. Ao afirmar que com a instalação das grandes empresas voltadas para mercados exteriores à região “*houve, em todo Vale do Aço, praticamente a eliminação daquele setor primário original*”, os autores citam as palavras de um ex-prefeito de Timóteo, para quem o “*progresso do aço trouxe a invasão, e a terra passou a produzir só aço e a alimentação do povo tem que ser importada*”.

Não por acaso, então, que outra característica identificada como parte das características e do “*comportamento*” regional tenha sido a redução da população rural local. Para os técnicos da Fundação João Pinheiro, o processo de urbanização e industrialização ocorrido no Aglomerado Urbano do Vale do Aço - AUVA “*traduziu-se na drenagem de população das áreas periféricas, incapazes de reter e multiplicar os efeitos do crescimento econômico ali verificado*”. Conforme esses especialistas, no início da década de 1970 duas das principais manifestações do processo de crescimento urbano eram a evasão da população rural nesses “*municípios periféricos*” e a decadência da agropecuária, “*traduzida na redução dos rebanhos e das áreas de cultivo, acompanhada da queda do volume de produção, da evasão da mão-de-obra e da **substituição das áreas de cultivo por grandes plantações de eucalipto para produção de carvão vegetal***” (FJP, *op. cit.*, p. 2, destaque meu, MTG).

A leitura dessa última oração, propositadamente grifada, deveria gerar a pergunta sobre que tipo de causalidade existe entre esses processos. Nos documentos oficiais consultados, não existe a pergunta e, muito menos, as possíveis inquietações que gerariam respostas<sup>4</sup>. Para discutir então o que o Estado não quis abordar, é necessário olhar para a tão frisada questão demográfica local.

Para Monte-Mór et al. (1997, pp. 99, 102-103), a evolução urbana na região, que passou a ter mais de 80% da sua população residente no meio urbano em 1980, deu às cidades mono-industriais locais um caráter de cidades médias dentro do estado. A partir da década de 1980, ocorreu uma desaceleração do intenso crescimento dessas cidades e uma expansão da população urbana dos municípios menores. Mas, advertem os autores, não foram as “*‘cidades’ ... que cresceram, mas sim algumas áreas urbanas desses municípios, sedes distritais invadidas pelo tecido urbano-industrial urdido no AUVA e estendido sobre a periferia*” do Aglomerado.

Ademais, não foram apenas as cidades que se estenderam; junto com elas, expandiram-se

também as condições de produção exigidas pela dinâmica industrial, incluída aí a reprodução coletiva da força de trabalho. Essas novas áreas “urbanizadas” são criadas, em alguns casos, quase como caricaturas das vilas industriais construídas pelas empresas, espaço urbano legítimo de suporte à função industrial. As cidades comerciais tradicionais - os lugares centrais - tomadas pela indústria “explodem”, transformando-se no “tecido urbano-industrial” que se estende, respondendo por um lado à dinâmica do capital - e do capital imobiliário em particular - e de outro às estratégias de sobrevivência das populações destituídas das condições mínimas da cidadania, excluídas da pólis. O tecido urbano-industrial consolida-se nas cidades e estende-se para além delas, ocupando os espaços rurais circundantes com infraestrutura produtiva, acampamentos de suporte à produção, concentrações proto-urbanas ao longo das estradas e no interior das matas (de eucalipto), com casas de campo e espaços de lazer, empalidecendo as distinções marcadas entre o rural e o urbano. (...) De qualquer modo, ... o sistema urbano em formação na Bacia do Piracicaba está diretamente relacionado à concentração industrial e, mais especificamente, ao setor de bens intermediários, que, por ser fortemente dependente de recursos naturais, tem um impacto mais significativo no espaço rural onde se concentram esses recursos (Monte-Mór et al., 1997, pp. 102-103).

Subjacente a essa idéia que a ocupação do território baseou-se num modelo industrial concentrador e especializado, está uma noção de ambiente que merece ser ressaltada. Em primeiro lugar, o tratamento dado ao rural como o lugar de concentração de recursos naturais pode ser verdadeiro quando se pensa nos recursos madeireiros necessários para a produção do carvão vegetal e da pasta de celulose, que estão efetivamente localizados e concentrados no espaço rural. Porém, o mesmo não se pode dizer das fontes dos metais que são processados - a não ser que se confunda o rural com a paisagem natural não edificada característica do espaço urbanizado.

Em segundo lugar, exatamente quando tratam do processo de ocupação do meio rural circunvizinho às cidades e da sua transformação em um arremedo de espaços urbanos legítimos destinados à infra-estrutura, os autores não enfatizam que isso decorreu de um esvaziamento demográfico relativo do espaço rural e de uma **fragilização** progressiva dos produtores rurais familiares locais, processo que afetará a sua identidade bem como a dos trabalhadores rurais e florestais assalariados e dos eventuais novos moradores de um mundo rural que vem se modificando a partir da mudança de propriedade e destinação dos maciços de eucaliptos alienados pela Acesita e pela CSBM a partir da década de 1990<sup>5</sup>.

Movimentos de extravasamento e de fragmentação do urbano, provocados pelo processo de industrialização especializada, são responsáveis pela expulsão populacional rural, que também tem sua dinâmica reprodutiva social e demográfica aprisionada pela concentração da propriedade

fundiária capitalista – as grandes unidades florestais homogêneas. Porém, existiram outros fatores que explicam aquela fragilização. Citando um estudo realizado pela Fundação João Pinheiro no início dos anos 1980, os autores anteriormente citados concluem que

a emigração para o Vale do Aço respondeu principalmente a fatores internos às áreas de origem, vinculados à agropecuária regional. A atratividade da usina (siderúrgica) deve ser maior sobre o setor urbano desses municípios, embora este, por sua vez, já estivesse desestimulado pela incapacidade não só da produção agrícola, como, conseqüentemente, das atividades de comercialização, em se expandirem a um ritmo suficiente para absorver o crescimento da população da região (Monte-Mór et al., 1997, p. 136).

É nesse sentido que a argumentação do presente artigo de que houve um progressivo esvaziamento do espaço rural local - iniciado mesmo antes da expansão do “reflorestamento” na década de 1970 e que provocou uma fragilização das atividades agropecuárias tidas como tradicionais da região - torna-se mais procedente para entender a dinâmica populacional regional do que a matriz usada pelo conjunto de autores lidos até agora - que entendem que houve algo como uma transformação do espaço agrário local em função apenas da sua incorporação ou submissão à urbanização e à urbanidade micro regionais.

Desse modo, entre 1940 e 1996 houve um crescimento expressivo da população urbana, que passou de cerca de 26,5 mil para mais de 546 mil pessoas enquanto, simultaneamente, a população rural caiu de um total de pouco mais de 109 mil para cerca de 90 mil pessoas. Ou seja, enquanto a população urbana cresceu aproximadamente 1.959%, a população rural variou negativamente cerca de 17%. Lendo esses dados, a primeira informação que chama a atenção é que, apesar da magnitude do crescimento da população urbana, a população total cresce relativamente menos intensamente do que ela (369%). Isso só se explica por causa do tamanho da população rural, que decresceu, mas menos intensamente do que se pode supor a partir das teses do êxodo rural interno à própria região (cf. Gonçalves, 2001, pp. 150-169).

Mesmo que se possa dizer que ao longo do tempo a emigração foi o movimento e a tendência predominante, os dados mais dificultam do que facilitam concordar com a hipótese segundo a qual a evasão da população local rural criou desde a década de 1950 uma região de “*caráter essencialmente urbano*”. De fato, se alguns municípios receberam desde então um grande número de novos moradores por serem os locais onde se localizavam firmas siderúrgicas e um conjunto de firmas prestadoras de serviços de suporte, o movimento contrário aconteceu em outros, que também cumpriam esse papel auxiliar no contexto do processo de urbanização que então se iniciava, inclusive por serem pólos carvoeiros da região (cf. Gonçalves, *op. cit.*).

Esse último aspecto é relevante para indicar que a migração que existia não cumpriu apenas e exclusivamente o papel de fornecer a mão-de-obra barata requerida pelas cidades e pela indústria em crescimento. Mesmo que seja tentador pensar que tenha acontecido um processo de cercamento

das terras ou uma espécie de "tragédia dos comuns"<sup>6</sup> nesse território - especialmente pela depredação dos recursos florestais nativos graças ao carvoejamento - os dados não são capazes de demonstrar isso. Mais plausível é imaginar que ao lado de elementos de ambos os processos sugeridos anteriormente, a população foi sendo atraída pela fronteira ainda aberta mais ao norte e nordeste do estado, dentro do próprio Vale do Rio Doce e também no Vale do Rio Mucuri. Adicionalmente, pode-se dizer que a atração também exercida pelo processo de crescimento industrial em curso nesse mesmo período no entorno da capital estadual exerceu forte atração sobre a população dos Vales do Aço e Rio (cf. Gonçalves, *op. cit.*).

Enfim, se for entendida como um dos movimentos do processo de produção social do território sob a expansão do capital, a dinâmica demográfica regional também deve ser referida ao fenômeno da concentração da propriedade fundiária. Isso não implica dar a esse processo um papel superior, mas evidenciar a relação existente entre as formas assumidas pelas populações locais e pelas firmas capitalistas, mediadas por instituições econômicas e políticas, durante a construção desse território que teve sua identidade historicamente vinculada ao desmatamento, ao carvoejamento e ao aço.

Nesse sentido, então, não se poderia deixar de chamar a atenção para o fato que a instalação das usinas siderúrgicas e sua necessidade de controlar a oferta de matérias primas minerais e vegetais não foi algo que tenha se resolvido instantânea e imediatamente. Segundo Coutinho (1981, p. 244), uma das principais dificuldades para a implementação do projeto de expansão da primeira usina da CSBM era a garantia de um "suprimento constante de carvão vegetal". Em função disso, a partir do final da década de 1920 a CSBM reorientou seu sistema de compra e produção de carvão, o que "implicou na subcontratação de força de trabalho na atividade carvoeira, além de assegurar o fornecimento constante de carvão pela incorporação de novas propriedades" (Coutinho, 1981, p. 246).

Pode-se dizer que as demais empresas siderúrgicas agiram da mesma forma que a CSBM, formando suas "bases carboníferas"<sup>7</sup> e introduzindo e ampliando mecanismos de contratação de trabalho assalariado, temporário e permanente, direta e indiretamente (através de empreiteiros), que permitiram criar uma outra lógica organização do trabalho local. Portanto, um dos elementos que explica simultaneamente o êxodo e a permanência da população rural num contexto de industrialização e urbanização é o da combinação da concentração da propriedade em latifúndios florestais ou "carvoeiros" com a introdução de uma nova lógica de organização do trabalho em uma região "tradicional", repetidamente apontada como incapaz de se modernizar tecnologicamente (dado o uso escasso ou nulo de insumos agroquímicos sintetizados e de moto-mecanização) num contexto de topografia acidentada, baixa fertilidade dos solos e baixa produtividade das culturas locais (Gonçalves, 2001).

De fato, a leitura desse tradicionalismo, que associa uma categoria de produtores - os pequenos - a uma condição técnico-produtiva opera com aquilo que foi apontado por Neves (1996, p. 19) como uma "homogeneização do passado". Analisando um conjunto de explicações sobre o produtor rural

que o identifica com o universo do familiar e do doméstico, a autora propõe que os modelos analíticos que pensam a produção familiar como tradicional ou culturalmente atrasada não incorporam dimensões como a de que "*no caso da unidade de produção agrícola constituída com base no trabalho de membros da unidade familiar, quase sempre se está diante de um modo diferenciado de gestão do bem comum*", ou de que as relações sociais não estão assentadas exclusivamente sobre a produção como atividade principal ou sobre um agente econômico produtor, ou ainda de que um "*fator importante para entendimento da dinâmica das unidades mercantis e dos modos de alocação*" dos membros de unidades familiares é a sua inserção "*num mercado de consumo de produtos e serviços que os aproximem dos padrões de reprodução das camadas urbanas*" (Neves, *op. cit.*, pp. 2, 4, 8).

Mesmo que se possa, portanto, considerar como realidade que os agricultores dos Vales do Aço e do Rio Doce interpretados aqui foram simplesmente expulsos pelo latifúndio das plantações para a siderurgia e/ou que tenham então se proletarizado, não se pode esquecer que a vinculação entre pequenos produtores e a grande empresa siderúrgica não resultou apenas da vontade, do interesse ou da necessidade dessa última. A possibilidade de ampliar a renda e com isso traçar novas estratégias reprodutivas para os membros da família fez com que os produtores locais da região tenham sido protagonistas dessa história. Pensando nesse tipo de problemas, a argumentação de Neves (1996, p. 6) é significativa: não se deve distinguir as formas de trabalho e de inserção do agricultor no sistema de produção capitalista como uma evolução natural ou necessária.

Essa idéia é importante quando se pensa que a análise da relação entre a agricultura familiar nos Vales do Aço e do Rio Doce foi pautada por um processo linear de expulsão desses sujeitos provocado simultaneamente pela incorporação do território pela pecuária e pela incapacidade desses pequenos de resistirem. Mas as pistas levantadas anteriormente exigem maior cuidado quanto a uma conclusão desse tipo. Nesse sentido, pode-se concordar com Brito (1992, p. 35), para quem

A região do Vale do Rio Doce onde predominava a siderurgia apresentava uma situação particular no leste mineiro: a grande expansão das empresas siderúrgicas e de suas propriedades agrícolas – e conseqüentemente a emergência do reflorestamento com a monocultura de eucaliptos – reduziu suas taxas de pecuarização. Talvez por essas razões, as taxas de emigração erma mais baixas. E isso não era só porque as grandes empresas geravam empregos suficientes, mas principalmente porque elas estimulavam um mercado de carvão do qual faziam parte ... um grande número de pequenos proprietários. Estes eram muitas vezes parceiros arrendatários ou mesmo temporários trabalhando terras alheias, que produziam a preços muito mais baixos, atendendo de forma mais satisfatória a demanda das grandes siderúrgicas.

Assim, a dinâmica da agricultura local deve ser entendida pela **transformação articulada** de um território de domínio original da Mata Atlântica em uma zona carvoeira e de plantações homogêneas e, também, dos produtores locais de alimentos em produtores de carvão, trabalhadores rurais

temporários nas fazendas, trabalhadores rurais temporários nas plantações e no carvoejamento e trabalhadores assalariados do “reflorestamento” (Gonçalves, 2001).

Mister esclarecer que tais transformações atingiram sujeitos que têm sua história identificada com uma ordem moral originada num tempo anterior à chegada da economia das plantações e que emergiu de uma sociedade e uma economia antigas (Gonçalves, 2001). Diante da descrição da região como circunscrita pelos espaços físicos e sociais dos “*grandes estabelecimentos agrícolas pertencentes às companhias siderúrgicas e [das] pequenas propriedades rurais de baixa produtividade*” (cf. Barbieri et al., 1997, p. 178), um olhar mais detido identificou que os modos como ocorreram tanto a subordinação dos trabalhadores familiares quanto a resistência desses atores à economia das plantações articularam-se – e articulam-se ainda – com uma transformação não unidirecional nem unívoca (cf. Gonçalves, 2001, p. 169).

Os dados apresentados não permitem desconhecer que a expansão urbana tenha sido efetiva na região. Mas esse crescimento foi característico do “*caráter especial*” dos municípios de Coronel Fabriciano, Ipatinga e Timóteo, que em 1970 já possuíam uma população urbana correspondente a quase 50% da população total do referido Aglomerado. Por outro lado, a redução da população rural, além de não ter sido tão significativa assim, tendo em vista o período considerado, evidencia que ainda existe um espaço propriamente rural na região, que não se confunde com a estrutura da propriedade “florestal” das usinas siderúrgicas e da Celulose Nipo-Brasileira - Cenibra<sup>8</sup>. Mas, mais importante, o fato da população rural não ter desaparecido ou involuído drasticamente serve para evidenciar as características “tradicionais” desse rural.

As mudanças no perfil demográfico mencionadas anteriormente ocorreram num espaço que passou a ser ocupado por firmas fabricantes de produtos siderúrgicos e de pasta de celulose que demandam plantações florestais fornecedoras de madeira como um recurso importante para alimentar seu funcionamento e, também, para garantir o padrão concorrencial prevalecente nas indústrias das quais elas fazem parte (Barbieri et al., 1997).

Ou seja, a implantação de plantações homogêneas em grandes dimensões territoriais por essas empresas relaciona-se à necessidade que esse tipo de empresa tem de controlar o espaço. Nesse caso, então, a questão central é menos a da concorrência, e mais a do controle dos usos concorrentes do território, já que ele é simultaneamente a base física onde se dispõem naturalmente os recursos requeridos para a implantação das fábricas e um desses recursos. Ou seja, representando para a firma a possibilidade de adquirir uma vantagem locacional, o território não é só o lugar onde se realiza a produção; enquanto lugar e construção sociais, ele representa um capital social (ver Abramovay, 1999).

Tendo em vista pois a lógica empresarial, pode-se então olhar o que dizem os dados da distribuição fundiária regional durante o período de 1950 a 1995. Segundo os dados disponíveis, nesse período os estabelecimentos com menos de 10 ha passaram de 16,7% para 22,6% do número total de estabelecimentos existentes nos municípios analisados, ocupando respectivamente cerca de

1% e 1,9% da área agrícola total. As propriedades com mais de 1.000 ha (respectivamente 0,6% e 0,4% do total nos anos citados) ocupavam 28% (em 1950) e 12,5% (em 1995) da área da agricultura dos municípios analisados. Esses dados indicam que, nesse período, ocorreu uma desconcentração (cf. Gonçalves, 2001, pp. 171-183).

Supondo que a redução da área rural possa explicar esse movimento, os dados demonstram que ela não foi causa suficiente. De fato, entre 1950 e 1960 a área agrícola total dos municípios analisados caiu 5,6%, ao mesmo tempo que o número de estabelecimentos cresceu cerca de 124%. Assim, houve alguma redistribuição de terra que garantiu a permanência, mesmo que limitada, das propriedades com menos de 100 ha. Entre 1960 e 1980, os minifúndios (menos de 10 ha) mais do que dobraram seu número enquanto a sua área expandiu-se 86,5%. Sua participação relativa no total de estabelecimentos existentes no ano de 1980 foi de 32,5% e, na área total, de 2,4%. O número de estabelecimentos com mais de 1.000 ha, por sua vez, cresceu 91% e a área ocupada por eles mais do que quadruplicou. O único grupo de área total que perdeu participação relativa na ocupação do território rural local em 1980 foi o de 100 a 1000 ha. Ou seja, os dados informam é que entre 1960 e 1980 houve uma expansão da área rural e do número de estabelecimentos de mais de 50%, o que foi acompanhado pela manutenção de um discreto crescimento dos minifúndios e pequenas propriedades, o que deu ao processo de concentração da terra um caráter menos absoluto (cf. Gonçalves, *op. cit.*).

Esse arrefecimento da concentração da propriedade fundiária dependeu de três fatores: (1) o aumento do preço das terras na região, causado simultaneamente pelo incremento da urbanização e pelo aquecimento do mercado de terras criado pela demanda das próprias companhias; (2) a atração exercida por novas regiões beneficiadas com incentivos fiscais para a realização de plantações, sobretudo a área mineira da Sudene e (3) a manutenção pelas siderúrgicas do consumo de carvão vegetal de matas nativas da região Norte de Minas, o que “*muitas vezes*” manteve intactas as áreas de plantações florestais na região (Barbieri et alii, 1997, pp. 167-168; Gonçalves, 2001).

Porém, quando se observam os dados censitários de 1995-1996, eles indicam uma retração de 25,5% do número e de 36% na área dos estabelecimentos com menos de 10 ha em relação a 1980. Essa diminuição da participação dos minifúndios teve correspondência numa queda do número de estabelecimentos e da área ocupada pelos demais grupos de área total. Mesmo assim, os estabelecimentos com menos de 10 ha (31% dos estabelecimentos) ocupavam ainda pouco mais do que 2% da área agropecuária total; enquanto isso, os com mais de 1.000 ha (0,6% do número de unidades) ocupavam cerca de 32% da área agropecuária total, ou aproximadamente quatro por cento menos do que em 1980 (cf. Gonçalves, *op. cit.*).

Se comparados esses dados e o movimento que eles indicam com o crescimento das plantações florestais, é plausível sugerir que a permanência das pequenas propriedades num contexto de concentração elevada da propriedade foi fruto da sua fragmentação. Isso reforça a idéia de uma fragilização do rural na região de análise, conseqüência dos processos de urbanização e de

imposição de um padrão de propriedade crescentemente adequado às necessidades das empresas consumidoras de produtos madeireiros e dependentes de base territorial para garantir o suprimento desses insumos.

Essa longa descrição do espaço local em processo de enfraquecimento teve a função de afastar a idéia do atraso e calçar melhor as dúvidas relativamente ao discurso técnico estatal e empresarial que aponta o território dos Vales do Aço e do Rio Doce como inadequados ou inadaptados para a produção alimentar. Desse modo, se os dados relativos à concentração fundiária, expostos anteriormente, evidenciam que existe um contingente expressivo de propriedades rurais de tamanhos diversificados, os dados relativos à condição dos produtores são também bastantes significativos.

Comparando a variação de todas as categorias censitárias indicadas no período 1960-1996, pode-se notar que apesar do crescimento do número de proprietários, arrendatários, parceiros e ocupantes entre as duas datas, o mesmo não ocorre quando a comparação se faz entre 1980 e 1996. Assim, entre o início dos anos 1980 e meados da década de 1990 o número de proprietários diminui 17%, o de arrendatários 52%, o de parceiros 55% e o de ocupantes 39%. O mesmo comentário pode ser feito para as áreas ocupadas pelos estabelecimentos de cada um desses tipos de categorias, à exceção dos arrendatários, cujos estabelecimentos tiveram um crescimento contínuo de área entre 1960 e 1980 de 410% e entre 1980 e 1996 de 223% (cf. Gonçalves, 2001, pp. 171-183).

Esses dados reforçam o argumento da fragilização do rural nesse território ao indicarem a progressiva substituição da figura do proprietário diretamente vinculado e dependente da gestão da sua terra pela figura social do sujeito que, segundo a lógica de mercado, arrenda a propriedade mediante pagamento monetário ou daquele outro tipo de ator que, mais ou menos diretamente submetido a essa lógica mercantil, arrenda a propriedade de outrem mediante troca de equivalentes em produto ou em serviços (Gonçalves, *op. cit.*).

Por sua vez, essa maior presença do arrendamento significa também a existência da figura do proprietário que por herança ou aquisição torna-se dono da terra de negócio, parafraseando José de Souza Martins, e que não tem vinculações com uma dinâmica propriamente rural de produção e reprodução da terra como capital mais do que apenas material.

Adicionalmente, os dados censitários permitem sugerir que houve uma articulação entre esse processo de eliminação da figura do proprietário que vive da terra e um movimento de pecuarização – especialmente no caso do Vale do Rio Doce. Um dos motivos que explicaria essa combinação é que herdeiros de antigos proprietários não se encontram motivados para manter-se na atividade rural, sobretudo por não depender dela para sua sobrevivência. Outro motivo, sugerido em algumas entrevistas com produtores mas não comprovada, refere-se à grilagem de terras de pequenos através da articulação entre cartórios e fazendeiros (Gonçalves, *op. cit.*).

Assim, pode-se dizer que o rural na região se fragilizou como consequência dos processos de industrialização, de crescimento da população urbana e redução da população rural e de mudança nos usos da terra e na condição dos produtores. Em função disso, as análises técnicas – feitas pelo e

a partir do Estado, por parte da academia e pelas empresas – trataram e tratam de impor uma qualificação da região como sendo atrasada. O corolário dessa imposição é que a população rural local é, também, atrasada.

Porém, a hipótese com a qual trabalhou-se a investigação desse local partiu da constatação de que se o controle desse território pelas empresas de fato decorre do seu “capital simbólico” expressivo como latifundiária e como instituição portadora de um discurso de progresso, apoiada pelo Estado, ele por outro lado esconde os desdobramentos das disputas locais em torno da definição do que é a região para os atores subalternos. Nesse sentido, buscou-se entender como, a partir de algumas representações que agricultores familiares fazem das mudanças ocorridas a partir da transformação do “seu” território em região de plantações, produziu-se a adesão e a resistência à lógica das plantações.

Mas na região a vida não foi sempre dedicada ao desmatamento e ao carvoejamento – atividades centrais na reprodução econômica local desde o final do século XIX, e que permitiu uma articulação de pequenos produtores e trabalhadores rurais com um capital mercantil e industrial que provocou sensíveis mudanças no território analisado - ou à produção de árvores para produzir madeira de uso industrial.

De acordo com produtores familiares entrevistados, a estrutura rural da região, que já sustentou muitas famílias, foi modificada pelas plantações homogêneas. Como era mesmo então a vida antes das plantações? De acordo com a fala de um pequeno produtor e dirigente sindical rural de um dos municípios

o pessoal plantava todo tipo de agricultura que produz na região como ... mandioca era em alta escala, fazia muita farinha, que chegava até ser exportada daqui ... para outros países (...) E tinha plantio de milho, arroz, feijão e o pessoal sobrevivia disso e algumas pessoas empregavam nas minas de ouro, aqui em Florália tinha uma ou duas ... Mas foi pela década dos anos de 40 a 50 que começou a chegar o reflorestamento, que a Belgo-Mineira tinha um plantio de jacaré [?], que era uma mata nativa mas de muito boa saída. Só que apareceu o eucalipto que era muito mais vantajoso para as empresas e aí que começou o reflorestamento que ficou durante muito tempo com a Belgo ... Quando foi nos anos de 1970 que apareceu a Floresta Rio Doce que ... foi comprando vários outros [terrenos] e nesta década de 1980 ela passou para a CENIBRA e isso foi se estendendo (apud Gonçalves, 2001, p. 185).

Um outro entrevistado afirmou que a terra onde as árvores de eucalipto foram plantadas “*era lavoura. Onde não tinha lavoura é porque a terra era ruim, e tinha pasto*”. Além disso, a produção de farinha era comum, e “*rapadura se fazia diariamente, tanto que para a despesa comprava açúcar uma vez ou outra porque no mais o que usa é rapadura mesmo*”. Uma outra agricultora também registrou que

A mais anos atrás, antes do eucaliptal, aqui se plantava roça, milho, mandiocal, os antigos cuidava das lavouras, quem tinha seus gados, quem tinha seus animal tinha o pasto. Hoje ninguém conhece o que é animal mais. Você fala tropa, uai ?, que é isso ? Peitoral de burro, o que é peitoral? ... não existe peitoral mais. Pergunta as famílias minha que que é

peitoral que coloca num animal, o burro de guia tá na frente e a tropa tá atrás, acompanhando aquele burro de guia. Só aquele burro com aquele peitoral tá seguindo a tropa toda na estrada, é ou não é?

**Pergunta:** Servia para que a tropa?

**Entrevistada:** Tropa? Essa tropa puxava cana, no princípio antes de entrar os membros da companhias aqui, essa tropa puxava cana, puxava carvão.

**Pergunta:** O carvão era tirado de onde?

**Entrevistada:** O carvão era tirado dos matos mesmo. Mato, né?, não era eucaliptal não. Eu sei porque este terreno aqui tinha um mato, desmanchou todo em carvão (apud Gonçalves, 2001, p. 186).

Outros produtores ouvidos acrescentaram que, além da produção de mandioca e da cana, existia também a de arroz, banana, feijão, melancia, milho e laranja, todos entendidos como alimentos para a "despesa". Nesse contexto, a plantação de eucalipto, inicialmente pela empresa Rural Mineira, depois pela FRD, CAF, Acesita e, finalmente, pela Cenibra provocou "falta", uma vez que o "*peçoal antigo vendeu os terrenos bons tudo, os antigos pôs os terrenos bons na mão da Companhia. E os antigos uns mudou para a rua, outros para a cidade*" (entrevista de moradora da região, apud Gonçalves, 2001, p. 186).

Mas como esses sujeitos entenderam as mudanças que ocorreram? Para alguns produtores rurais, há uma percepção de que a vida antes das plantações era melhor. Outro pequeno produtor disse não ser verdadeiro o argumento das firmas "reflorestadoras", segundo o qual as terras nas quais as empresas plantaram eucaliptos eram degradadas. Para ele,

uma terra que criou uma família ... por 125 anos até hoje, eu acho que ela num tem condições de ser ruim, tem? ... porque se ela fosse ruim ... você vê, que hoje é que existe companhia, mas meu avô e meu bisavô foi criado aqui dentro, né certo?, o que ele progredia era daqui, né certo? Toda terra são boa ... se a terra num dá cana você vai lá plantar uma mandioca. Ela dá. Se ela num dá, ela dá feijão, ela dá uma outra coisa, tem que escolher a planta certa da terra, né certo? É a mesma coisa de nós, nós num tem uma comida preferida? A terra é a mesma coisa disso, ela num ... o problema dela é o trato que tem que ter nela (apud Gonçalves, 2001, p. 186).

Outro pequeno produtor, falando também da mandioca, representou assim o que era a organização social e produtiva local antes dos anos 1950:

**Entrevistado:** ... eu plantava alqueire mais alqueire de mandioca, fazia muita farinha, antes de entrar essa indústria aqui a vida aqui era farinha de mandioca ... agricultor plantava na terra dos outros a terça, a meia, mas a vida aqui em Santa Bárbara era farinha de mandioca.

**Pergunta:** A terra aqui é boa para plantar mandioca?

**Entrevistado:** A terra aqui é boa demais.

**Pergunta:** Mas os homens não falavam que a terra é ruim, o diretor da empresa?

**Entrevistado:** Pois é, eu criei a minha família plantando mandioca.

**Pergunta:** Quer dizer que eles não sabem bem a história não?

**Entrevistado:** Ah, hoje tem técnica né? Também naquele tempo tinha meus filhos em casa. (...)

**Pergunta:** E a plantação de mandioca dava emprego para todo mundo?

**Entrevistado:** Dava, ali plantava, tinha capina, vinha a colheita da farinha da mandioca, fazia farinha. Então, aqui na Paciência ... ali hoje é umas casinhas, mas naquela época era um povoado grande.

**Pergunta:** E hoje as famílias estão onde?

**Entrevistado:** Os velhos já morreram, os novos estão para Belo Horizonte, tem outros em Santa Bárbara.

**Pergunta:** Eles fazem o que hoje?

**Entrevistado:** A maioria é empregado, porque hoje para a pessoa tocar um movimento por conta própria ele tem que ter um fundo, no entanto a roça hoje está muito difícil, muito pesada, eu não sou contra quem não fica na roça.

**Pergunta:** Porque não tem incentivo?

**Entrevistado:** É, uai. Eu pelo menos ... a pessoa para fazer vida na roça é muito difícil.

**Pergunta:** Antes era mais fácil?

**Entrevistado:** Era muito mais fácil ... mas hoje nós estamos vivendo uma época assim, quem tem, tem, quem não tem, não tem (apud Gonçalves, 2001, p. 187).

Perguntado sobre o que achava da introdução das plantações de eucalipto, a resposta desse mesmo senhor enfatizou uma idéia de que mudança ocorreu com relação a um tempo no qual todo mundo “trabalhava na roça”; assim, segundo ele, “*Prá mim é a pior coisa que apareceu. É bom, foi bom, assim, porque deu muito emprego*”, mas isso “*Hoje já não continua, só vemos falar em demissões. O senhor sabe como está o problema no Brasil hoje*” (apud Gonçalves, 2001, p. 187).

Uma mudança fundamental provocada na economia rural da região, na percepção dos agricultores, foi a geração de empregos assalariados e, em consequência, de renda monetária adicional à que poderia possivelmente ser gerada dentro da propriedade rural familiar. Para entender mais completamente essa questão, porém, deve-se atentar para o fato que se as empresas plantadoras criaram emprego, elas o fizeram num universo de sujeitos submetidos já a uma lógica de exploração do grande produtor.

A pequena produção local incluía a meação como estratégia de reprodução da unidade familiar e, assim, do ponto de vista daqueles que tinham que trabalhar na terra do grande, a história pode ser dividida entre um **tempo** antes das plantações - que inclui a substituição do fazendeiro como empregador - e um outro mais recente, quando a fazenda se transformou e se “apresentou” o plantio do capim braquiária (a partir da década de 1980), a partir de quando então foram limitados o espaço e o tempo do uso da terra. Para uns, essa transformação de produtor familiar em assalariado não parece ter sido positiva. É o caso da “avaliação” feita por um outro pequeno agricultor local, para quem

Quando é a respeito pra dar serviço, [o “reflorestamento”] deu serviço pra muita gente, mas pelo salário que nós ganhávamos não ajudava a gente muita coisa não, porque eu trabalhava lá esse tempo todo num deu pra dá um conforto pra minha família estudá direito, nada, porque o salário era pouco, não deu pra dá conforto, só deu pra sobreviver durante o tempo (apud Gonçalves, 2001, p. 188).

Da mesma maneira, o já mencionado sindicalista argumentou a esse respeito, em sua entrevista, que se

antes de chegar o reflorestamento ... as coisas eram mais difícil de ... acesso, as pessoas da roça, de vir na cidade, não tinha estrada boa, não tinha naquela época carro, só que é o seguinte, todos plantavam, todos colhiam. Hoje existe uma facilidade maior para se locomover, mas só que naquela época o pessoal ganhava pouco mas trabalhava para ele

mesmo. E hoje, ele pode até ganhar mais um pouquinho mas ele tem um encarregado atrás dele, um chefe atrás do encarregado, um fiscalizando o outro igual uma escravidão mesmo que ele tá ali mandado, a pessoa levanta quase madrugada, chega de tarde, ele não tem tempo nem pra conversar com a família dele ... Mas a semana toda a pessoa sai de casa de manhã com escuro e chega a noite com escuro, isso pra simplesmente enriquecer a empresa (apud Gonçalves, 2001, p. 188).

Ou seja, as plantações substituíram uma suficiência dos produtores rurais e da sua economia de produção familiar pelo assalariamento e por um salário que não seria capaz de garantir mais do que a sobrevivência. Isso permite especular que, mais do que por causa do assalariamento, a vida mudou para parte desses pequenos agricultores por causa de um novo ritmo de organização do trabalho: levantar, ir trabalhar e retornar à casa deixaram de ser movimentos controlados por eles dentro de uma lógica familiar de organização e gestão da unidade produtiva, e tornaram-se determinados pelas necessidades das empresas<sup>10</sup>. Essa situação combina com a que existe para aquelas famílias ou velhos que persistiram na terra e não se assalariaram, já que para eles não houve e nem há "ajuda" nenhuma para "tocar" a roça - complementando pois o quadro da interpretação da decadência dos agricultores e da agricultura local (Gonçalves, 2001, p. 188 e ss.).

Esse conjunto de questões permite entender por que um pequeno produtor sustentou em sua fala que as plantações de eucalipto não produziram e nem produzem "*vantagens para ninguém não*". Introdutoras de um modo novo de organizar o espaço e o trabalho dos que moravam no território antes de sua chegada, as firmas de plantações quebraram o papel da agricultura como única fonte geradora de trabalho local. Segundo o mesmo entrevistado, elas não garantiam "*emprego para ninguém do lugar*" e por isso o "*eucalipto não serve para ninguém do lugar. Só serve para eles, eles pegam gente de todo lugar e traz para cortar eucalipto. Aqui na nossa comunidade ninguém tem benefícios de nada*" (apud Gonçalves, 2001, p. 191). Para outra moradora, da mesma comunidade que o anterior,

O eucalipto só traz prejuízos, acaba com toda a água, e o que a gente espera de agora em diante é de acabar com as águas do córrego, pois diminuiu em 50% da água depois que plantaram eucalipto. Tem uma região aqui pra dentro [que] tinha um córrego que tocava moinho, depois que a CAF plantou eucalipto acabou toda a água, somente quando chove muito que brota um pouquinho de água (apud Gonçalves, 2001, p. 191).

De um modo que resume os argumentos apresentados até o momento, um dos agricultores entrevistado argumentou que o estilo de desenvolvimento representado pelas plantações homogêneas só favorece à grande empresa. Segundo ele,

Eu quero ver se - Deus que me perdoa da palavra - se vai ter condições da gente comer um pé de eucalipto, porque eu num trabalho só para mim não, né certo? Igual você, vocês não trabalha pra vocês, né certo?, é outro modo, se eu plantar aqui, eu planto pra mim, planto pra você, planto pra outro, né certo? Nós trabalha a bem da gente e a bem de todos, e ela [a Cenibra] ela trabalha praticamente a bem dela só mesmo, porque o pobre ... ouvi explicar isso, o eucalipto só serve pra papel ... Ai se nós enrolar qualquer mercadoria numa folha de banana pra nós dava menos,

depende é nós tê ela pra enrolá, num é certo? É isso que é importante, nós pode enrolar numa folha de banana a mercadoria, num tem nada a ver; agora, comer, que nós vamos fazer com isso aí? ... eucalipto só serve ... pra fazer dinheiro, tudo bem, ele dá pra fazer dinheiro, e se chegar um tempo que não existir as coisas de comer mais, existir só eucalipto, pra que o dinheiro vai servir também, né?, num vai servir pra nada. Pra mim eu faço julgamento, se eu tivesse cem alqueire de terra eu num plantaria nem um pé dele pra mim não, certo?, porque as coisas de comer é certo (apud Gonçalves, 2001, p. 192).

Essas percepções são ainda mais radicalizadas quando se trata dos modos pelos quais vários dos membros das comunidades rurais de base familiar saíram da terra. Se havia o recurso do assalariamento, por que venderam suas propriedades? A resposta óbvia é que isso foi feito para dar lugar às plantações. De fato, relendo os dados apresentados anteriormente sobre a estrutura da propriedade da terra, pode-se explicar por essa razão a redução da área média das pequenas propriedades, apesar da manutenção do seu número.

Porém, a "chegada" das empresas não foi feita com base na introdução da relação de equivalência e dos códigos jurídicos formais exigidos pela transação mercantil capitalista. O que se quer dizer é que, a partir dos depoimentos colhidos junto a antigos proprietários rurais e membros de suas famílias na região, as empresas adotaram estratégias de aquisição de terra que se não foram formalmente violentas, chegaram próximo disso, e foram muitas vezes ilegais<sup>11</sup> (Gonçalves, 2001, pp. 192-193).

Através de uma série de prepostos (os "corretores", como são conhecidos na região), as empresas foram adquirindo terra primeiro dos que não produziam, não dependiam da produção agropecuária para sobreviver e dos que não conseguiam mais manter a roça. Aos poucos, aqueles que dependiam da terra para viver foram sendo pressionados. Um exemplo disso é o relato de um comprador de terra e de "mato" da CSBM e posteriormente da Florestas Rio Doce - FRD, que iniciou suas operações no Vale do Aço querendo "*volume de terra*". Como a empresa não conhecia a região, procurou-o para ter um "*meio de facilitar o contato*" com os moradores e produtores rurais. A descrição da atividade de comprador e a revelação que a empresa desconhecia o seu lugar de atuação permitem sustentar as afirmações anteriores (Gonçalves, 2001, p. 193).

Por causa de estratégias como essas, vários são os casos em que as firmas levaram terras de posse no bolo de compra de propriedades de fazendeiros. Isso foi possível porque, como disse um entrevistado, quase ninguém tinha título da terra, porque "*naquele tempo, na época ... ninguém comprava terra não, uai!*" (apud Gonçalves, *op. cit.*). Aqueles produtores que de alguma forma resistiram, permaneceram ilhados no "mar" de eucaliptos.

Mas há aqueles que perceberam o processo de modo distinto - o que não indica que discordem da sua situação de subalternidade. Um entrevistado de Santa Bárbara, falando do início das plantações de eucalipto na década de 1950, indicou um elemento importante da condição subordinada da família rural ao movimento do capital das plantações na região:

depois que começou plantio, que as companhia começou a fazer o plantio, para falar a verdade melhorou também para o trabalhador, para os trabalhadores rural, por que aqueles que podia fichar na companhia fichava mas ficava os outros em casa, ou os mais velhos ou os menor de idade, que ficava cuidando da roça, né? E, por exemplo, se a família tinha as vezes umas cinco pessoa, se tivesse dois empregado tinha três na roça, então, controlou um pouco (apud Gonçalves, 2001, p. 194).

Outro produtor familiar de Santa Bárbara, tratando do mesmo assunto, disse que deve ser levado em conta que na época que as empresas "*puseram empreiteiro, deu serviço pra aqueles ... que tava na roça, porque muitas vezes a roça não dava pra o sujeito manter, então ajudou também, o próprio serviço da companhia ajudou*" (apud Gonçalves, 2001, p. 194).

Um paralelo pode ser traçado com a análise feita por Palmeira (1979), a respeito das relações de trabalho nas usinas pernambucanas de açúcar no início da década de 1970. Se a imposição da situação do "trabalho com empreiteiro" aos trabalhadores produziu uma nova modalidade de pressão sobre a sua permanência na terra, gerou ao mesmo tempo um resultado que se pode chamar de positivo: o mecanismo de contratação dos trabalhadores pelos empreiteiros, ao girar em torno de um salário (inferior ao mínimo legal), deu "*a alguns trabalhadores a possibilidade de ganhar mais do que conseguiriam 'dentro da lei'*", uma vez que o empreiteiro não opera com o mesmo sistema de fixação de limites de quantidade de trabalho do usineiro (Palmeira, *op. cit.*, p. 46).

Numa leitura similar, Sigaud (1979a e 1979b) argumenta que o trabalho exercido pelo trabalhador sob o comando de um empreiteiro é feito a partir da "disposição", que significa o esforço e a força de vontade que cada trabalhador individual tem e que é acionada no interesse de ganhar mais. Nesse sentido, trabalhar segundo a "disposição" significa ser mais produtivo, isto é, superar a equivalência o proprietário estabelece entre uma determinada quantidade de trabalho e a remuneração da força de trabalho. Assim, mesmo que as formas de contratação dos trabalhadores pelos empreiteiros incluam uma quantidade de mecanismos de exploração que vão do pagamento aos trabalhadores de apenas uma parcela daquilo que o empreiteiro recebe do proprietário da fazenda até à manipulação da medição das áreas a serem exploradas pelos trabalhadores, eles têm nessa condição maiores chances de elevar a sua produção e, desse modo, a sua remuneração, em comparação inclusive com os trabalhadores fichados da fazenda.

Mas isso não indica que os pequenos agricultores familiares locais eram ou sejam incapazes de se sustentar autonomamente e que é por essa incapacidade que se inseriram nesses contextos de mudança. Antes, ao revelar um sistema de divisão do trabalho familiar num universo de dominação do fazendeiro e da "companhia", essas situações sociais e as suas representações nas falas dos trabalhadores permitem qualificar a idéia já apresentada de que a fragilização do rural é um resultado da subordinação crescente desses sujeitos ao controle capitalista da sociedade local, isto é, social, territorial e culturalmente localizada. Um exemplo rico dessa dimensão é o argumento de um dos pequenos produtores entrevistados sobre a relação entre a roça e o mercado:

a roça num ponto era muito bom, era e é muito bom, porque tem a fartura. A pessoa come arroz, come milho, feijão e outras plantio ... Então tem a fartura do alimento. Mas, por exemplo, se ele precisasse do dinheiro, que era difícil para ele, se ele não conseguisse ... por que, por exemplo, suponhamos que ele precisava de comprar uma muda de roupa, agora, se ele não tivesse o dinheiro ... vamos dizer que eu precisava comprar um par de sapato, eu não tenho o dinheiro, como que eu vou comprar ? ... era difícil, que era tudo feito a dinheiro, a pessoa tinha que ter o dinheiro ... Ele [o trabalhador rural] precisa do seguinte: de trabalhar na cultura e ter um jeito de ganhar o dinheiro também, por que só com a cultura ... fica muito sem jeito, né? (apud Gonçalves, 2001, p. 195).

Ambos os tipos de discurso - o dos que são contra a mudança (ou ao menos contra alguns de seus resultados) e o dos que não percebem nela tanta negatividade - carregam dentro de si um sistema de conhecimento que só aparentemente é contraditório. De qualquer modo, eles foram pinçados de dentro de um universo de representações sobre a história da transformação de um espaço rural em região de "vocação florestal" e os impactos sócio-ambientais da decorrentes. A preocupa o básica em us -los foi a de permitir uma visualiza o inicial de como o passado permanece hoje, como memória e como um dos elementos constitutivos do presente.

Essa questão da articula o entre representa o do passado, memória e presente   especialmente importante quando se sabe que ela   constitutiva das formas como os sujeitos constituem e reconstróem sua vida social. Como argumenta Santana (1998, p. 17), com a "*media o da memória, as vivências passadas instruem a oes e representa oes sociais no presente; vivido de maneira inequívoca*". Isso não implica falar de um "*determinismo da memória*", mas ressalta a importância de se compreender como um dado "*conhecimento do cotidiano*" (Santana, *op. cit.*, pp. 17, 22) informa e conforma experiências de sujeitos histórica e socialmente subordinados e em processo de subordina o   dinâmica capitalista.

Mas essa dinâmica implica também uma adapta o dos sujeitos   lógica das transforma oes em curso - de produtor livre em assalariado, de sujeito independente da mercantiliza o em um subordinado ao mundo monetário etc. - inclusive porque aquelas mudanças podem e são apropriadas a partir de estratégias de resistência   força do capital (Thompson, 1987). Nesse sentido,   interessante que nos depoimentos coletados junto aos agricultores e agricultoras da região pesquisada tenha aparecido apenas uma vez a referência explícita   fartura, espécie de repositório da tradi o, do costume e da identidade camponesa.

Em outro estudo sobre camponeses "atingidos"<sup>12</sup> pela introdu o de monoculturas de eucalipto e de pinheiros e pela negocia o da instala o de um projeto de fábrica de pasta de celulose no Litoral Norte da Bahia (Gonçalves, 1997), foi possível notar que essa era uma palavra cuja força identificava aqueles sujeitos expropriados como grupo oposto aos representantes das empresas plantadoras e aos grupos (ou interesses) urbanos identificados com o projeto empresarial (denominados por produtores rurais então entrevistados como "avessos"). Santana (1998, p. 24), num sentido próximo a esse exemplo anterior, fala da fartura como uma manifesta o ou uma representa o dos camponeses que se encontra permeada nas práticas de solidariedade e rela oes de poder, essas

duas entendidas como "*lugares privilegiados*" onde aquela representação se encontra com as perspectivas de futuro desses sujeitos rurais.

Talvez, no caso dos Vales do Aço e do Rio Doce, a presença já antiga do desmatamento, do carvoejamento, do fazendeiro e das "reflorestadoras" parece ter inibido a identificação da autonomia do produtor com uma época ou um tempo de abundância ou da fartura - e, do mesmo modo, embutido a expressão da fartura, por exemplo, na descrição do que é que se produzia (o alimento). Do mesmo modo, a presença do assalariamento e da idéia de uma vida difícil na roça contrapostos à renda "fácil" obtida nas "companhias" através do "*fichamento*" pareceu ter contribuído para tornar nebulosa a memória de um passado idílico.

Essas considerações vêm a propósito de possibilitar a distinção entre a tradição e o costume<sup>13</sup> e os usos dessas manifestações na construção da identidade social e espacial desses sujeitos e dos que, distintamente deles, foram diretamente subordinados ao mundo do trabalho assalariado nas plantações. Pietrafesa de Godoi (1999), estudando a ocupação e a reprodução camponesa no sudeste do Piauí num momento em que os camponeses sofriam uma pressão sobre o seu território, transformado no final dos anos 1980 no Parque Nacional Serra da Capivara, argumenta que a ativação da memória coletiva foi o que permitiu a esses sujeitos criarem solidariedade, atuando então como uma "*produtora de identidade e portadora de imaginário, erigindo regras de pertencimento e exclusão que delimitam as fronteiras sociais do grupo*" (*op. cit.*, p. 15).

Mas a memória "*não é um patrimônio definitivamente constituído; ela é viva, precisamente porque nunca está acabada*" (*idem*, p. 147). E é por isso que se deve abandonar a idéia tosca segundo a qual o tradicionalismo de uns se opõe necessária e mecanicamente a um modernismo de outros e, ainda, se deve deixar de submeter a construção social da realidade aos imperativos técnicos do progresso e do crescimento. Ou seja, no fundo, o tratamento das representações de costume e da persistência da memória como resquícios de um passado que não pode permanecer é uma manifestação de um projeto autoritário de controle social.

Tendo então aberto o leque de questões que permitem pensar a relação entre sociedade e território a partir de falas dos sujeitos subordinados e da sua representação, torna-se possível então discutir como a formação de uma economia centrada na monocultura – como no caso presente das plantações florestais - e seu modo de instituição de uma região afirma-se sobre os trabalhadores e quais são os principais desdobramentos desse processo.

Muitos dos interlocutores ouvidos durante as visitas feitas à região foram enfáticos ao afirmar que o sonho de todo jovem era trabalhar nas usinas. Para uma agente da CPT do Vale do Aço que foi entrevistada, essa referência significa que

o eucalipto dominou as roças e as usinas dominaram as cidades. Então o que [é] que aconteceu: a ilusão do emprego na cidade ... pro jovem que tá na roça, que tá lá, que não tem um salário, que tem que trabalhar com o pai, né?, ou trabalha a dia lá, que não é nada, e que vem para a cidade até mesmo para fichar na própria Cenibra, na Acesita, mesmo para

trabalhar no reflorestamento, é um sonho muito grande. Por que ganha pouco. Nós tínhamos muito assim, na Cenibra, o jovem [cujo] ... pai tava lá desempregado e o jovem trabalhava na Cenibra, na Acesita, na CAF e nas outras empreiteiras. (...) Mas essa questão lá na região, é uma região que o atrativo tanto das empresas reflorestadoras ... [para] o pessoal que não tinha formação nenhuma, por que infelizmente nossa juventude mal, mal tinha só a quarta série de grupo ... eles vinham, [mas] achar que viria para a Acesita, a empresa Acesita, a empresa Usiminas, a Belgo Mineira, pros nossos jovens era mais difícil. Mas entrar numa CAF, na Cenibra, que na época o salário não era tão ruim, né? - aliás, até 86 era ... [mas] de 86 pra cá, depois da organização que o pessoal tava ganhando relativamente um salário melhor, e com médico, com um montão de coisa, pros jovens isso era... (apud Gonçalves, 2001, p. 203).

Sair da roça para trabalhar na empresa, para ser fichado, constituía uma possibilidade única para ascender socialmente na economia monetizada dominada pelas empresas siderúrgicas e de pasta e suas subsidiárias dedicadas às plantações. Como argumentou a entrevistada citada anteriormente, a junção das condições de obtenção de um emprego e de um salário (pois as empresas punham "*caminhão passando na porta das roças todo dia*") e de manutenção mesmo que precária da unidade familiar (pois os pais e/ou parte da família permaneciam como produtores) encontrou um conjunto de sujeitos que, por sua condição subordinada no tecido social local herdado da intervenção capitalista, não aprenderam a saber "*ficar sem dinheiro*" (Gonçalves, *op. cit.*).

Essa é a base social, então, criada por essas empresas. Nascidos na roça, esses sujeitos tornaram-se identificados com um trabalho que os afastou e afasta da sua condição original de "rurais" e os transforma em trabalhadores "da extrativa". Uma tal distinção parte do princípio que a condição rural é aquela socialmente determinada pela existência do trabalhador familiar, que vive na e da terra dotado de algum grau de autonomia frente ao mercado de trabalho (ou seja, que orienta seu trabalho para e pela produção direta dos seus meios de vida). A condição rural indica, pois, um espaço de relações sociais nas quais o produtor direto não se encontra separado dos meios de produção ou, quando se encontra nessa condição, não está automática e necessariamente imerso em uma relação tipicamente capitalista de assalariamento (Lovisoló, 1989).

Esse rural, expressão de uma agricultura tradicional, foi tornado sinônimo de um espaço desqualificado pela sua inserção num esquema intelectual ordenado segundo o dualismo atrasado-moderno (Neves, 1985 e 1993). A roça – e os caipiras ou roceiros, designações eivadas de preconceitos – representam portanto o tradicional, o arcaico, o especificamente não urbano (e não necessariamente urbanizável), o distante e, até mesmo, o precário<sup>14</sup>. Evitando essas interpretações, tratar as especificidades do espaço rural implica pensa-lo como forma específica de organização da produção desses trabalhadores autônomos ou independentes que têm existido no Brasil de modo combinado com a adoção de mecanismos de exploração do trabalho sob as regras (capitalistas) da reprodução capitalista.

Pensando as dimensões do rural nessa perspectiva, deve-se voltar o olhar para as mudanças que afetam as formas de produção e de reprodução das unidades familiares, conforme sugere Lovisoló (1989). Assim é possível entender os processos por intermédio dos quais esses sujeitos

sociais constroem sua existência concreta, dentro de estruturas sociais materiais e simbólicas nas quais e pelas quais essa existência se torna possível.

No caso dos produtores familiares e trabalhadores rurais que sofrem com transformações profundas de seus espaços - material, social e cultural - a partir da emergência de grandes projetos, sugere-se que a compreensão das suas condições de existência seja pensada no âmbito da leitura que eles fazem da “sua” região, iniciada a partir da identidade que eles possuem do “*local onde se situam*”, “*do seu território de pertencimento*” e daí “*em diante, do conhecido e palmilhado até [chegar] as bordas do não-controlado*”, para usar expressões empregadas por Almeida (1995, p. 41).

E isso só será possível se o espaço das suas relações for entendido como elemento com o qual tecem a memória e se apresentam como os sujeitos dela. Nesse sentido, pode-se sugerir que uma das dificuldades que os subordinados às plantações florestais nos Vales do Aço e do Rio Doce de Minas Gerais tiveram para poder determinar um projeto alternativo de desenvolvimento para a região segundo outros interesses que não os da grande empresa latifundiária residiu e reside não apenas no alcance circunscrito de sua ação política, mas na limitação que eles têm tido para apropriar-se de sua memória e, a partir daí, de reelaborá-la em torno de um projeto próprio.

## Bibliografia

ABRAMOVAY, Ricardo. “O capital social dos territórios: repensando o desenvolvimento rural”. In: *Seminário sobre Reforma Agrária e Desenvolvimento Sustentável*. Porto Alegre: 1999. Disponível em <http://www.race.nuca.ie.ufrj.br/nuca-wp/autor/abramovay1.htm> acessado em 04/10/1999

ALMEIDA, Alfredo Wagner B. de. *Carajás: a guerra dos mapas*. 2ª edição revista e ampliada. Belém: Seminário Consulta Grande Carajás, 1995

ANDRADE, Maristela de Paula. “A produção de carvão vegetal e o plantio de eucalipto no leste maranhense”. In: Conceição, Francisco G. (org.). *Carajás: desenvolvimento ou destruição?* São Luís: CPT; Belém: Seminário Consulta Grande Carajás, 1995

BARBIERI, Alisson F. et alii. “Estrutura econômica regional e meio ambiente”. In: PAULA, João Antônio de (coord.). *Biodiversidade, população e economia*. Belo Horizonte: UFMG/CEDEPLAR; ECMVS; PADCT/CIAMB, 1997

BOURDIEU, Pierre. “A identidade e a representação; elementos para uma reflexão crítica sobre a idéia de região”. In: ----- . *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil; Lisboa: DIFEL, 1989

BRITO, Fausto R. A. et alii. “A ocupação do território e a devastação da Mata Atlântica”. In: PAULA, J. A. de (coord.). *Biodiversidade, população e economia*. Belo Horizonte: UFMG/CEDEPLAR; ECMVS; PADCT/CIAMB, 1997

CARRERE, Ricardo & LOHMANN, Larry. *Pulping the south: industrial tree plantations and the world paper economy*. London and New Jersey: Zed Books; Penang and Oxfordshire, World Rainforest Movement, 1996

COUTINHO, Carlos Sidnei. *Transferência de tecnologia e organização do processo de trabalho na indústria siderúrgica*. Belo Horizonte, Dissertação de Mestrado defendida no CEDEPLAR/UFMG, 1981

FAGUNDES, Bruno et alii. *Acesita-Timóteo; a história de uma cidade*. Belo Horizonte: Dossiê, 1992

FJP. *Diretrizes para o desenvolvimento micro-regional do Vale do Aço*. Belo Horizonte: 1974

GONÇALVES, Múcio Tosta. *Os "fracos" e os "avessos": formas de resistência social no Litoral Norte da Bahia*. Belo Horizonte: Sociedade Civil Irmãs de Santa Cruz; CEMEPAF, 1997

----- . *Nós da madeira: mudança social e trabalhadores assalariados das plantações florestais nos Vales do Aço/Rio Doce de Minas Gerais*. Rio de Janeiro, Tese de Doutorado defendida no CPDA/Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2001

----- . et alii. *Exploração florestal, indústria de celulose e ocupação do espaço regional*. Belo Horizonte: maio 1994.

----- . & MACHADO, Carlos Wagner C. “Reflorestamento’ e mudanças nas condições de vida no Litoral Norte da Bahia”. In: *Cadernos do CEAS*, Salvador, n.º 161, pp. 23-34, janeiro-fevereiro de 1996

HARDIN, Garrett. “The tragedy of the commons”. In: BADEN, John & NOONAN, Douglas S. (ed.). *Managing the commons*. 2<sup>nd</sup> ed. Indiana University Press, 1998

HOBBSAWN, Eric & RANGER, Terence. *A invenção das tradições*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997

IDESP. *Agricultura e siderurgia numa região de fronteira*. Belém: 1988

LOVISOLO, Hugo Rodolfo. *Terra, trabalho e capital*. Campinas: UNICAMP, 1989

MONTE-MÓR, Roberto L. de M. et alii. “Ocupação do território e estrutura urbana”. In: PAULA, J. A. de (coord.). *Biodiversidade, população e economia*. Belo Horizonte: UFMG/CEDEPLAR; ECMVS; PADCT/CIAMB, 1997

NEVES, Delma P. “A diferenciação sócio-econômica do campesinato”. In: *Ciências Sociais Hoje*, 1985. São Paulo: Cortez, 1985

----- . “As políticas agrícolas e a construção do produtor moderno”. In: *Ciências Sociais Hoje*, 1987. São Paulo: Vértice, 1987

----- . “Agricultura familiar: artimanhas da classificação”. In: *À Margem*, Rio de Janeiro, vol. 1, n.º 3, pp. 26-34, novembro de 1993

-----. *O produtor agrícola: ambigüidades, mitos e impasses teóricos*. Mimeo: 1996

PALMEIRA, Moacir. “Desmobilização e conflito: relações entre trabalhadores e patrões na agro-indústria pernambucana”. In: *Revista de Cultura e Política*, São Paulo, ano 1, n.º 1, pp. 41-55, agosto de 1979

PARK, Margareth B. “De Jeca Tatu a Zé Brasil: a possível cura da raça brasileira”. In: *Estudos Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro, n.º 13, pp. 143-150, outubro de 1999

PIETRAFESA DE GODOI, Emília. *O trabalho da memória; cotidiano e história no sertão do Piauí*. Campinas: UNICAMP, 1999

SANTANA, C. D'Almeida. *Fatura e ventura camponesas*. São Paulo: Annablume, 1998

SIGAUD, Lygia. *O sindicato e a estratégia do capital*. Brasília: UnB, 1979a

-----. *Os clandestinos e os direitos*. São Paulo: Duas Cidades, 1979b

THOMPSON, E. P. *Tradicion, revuelta y consciencia de clase*. Barcelona: Critica, 1979

-----. *A formação da classe operária inglesa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. Vol. I

Artigo recebido em 8/2004.

Aprovado em 9/2004.

---

## Notas

<sup>1</sup> Doutor em Desenvolvimento e Agricultura pelo CPDA-UFRRJ. Professor do Curso Superior em Administração Pública da Fundação João Pinheiro e do Centro Universitário Newton Paiva. E-mail: [mucio@twi.com.br](mailto:mucio@twi.com.br)

<sup>2</sup> Inserido nas macro regiões do Rio Doce e Metalúrgica (onde se situa o chamado “Vale do Aço”, na verdade um aglomerado urbano formado a partir dos anos 1950), o território aqui analisado localiza-se próximo da capital estadual e é sede de algumas das mais importantes empresas dos ramos siderúrgico e de celulose e papel do país; ao mesmo tempo, encontra-se próximo de uma das regiões mais pobres do estado e menos atendidas pelas políticas públicas estaduais, o Vale do Mucuri. A região, por causa da concentração dessas firmas industriais que utilizam matéria-prima de origem florestal (madeira, lenha e carvão vegetal), comporta também grandes propriedades de plantações florestais homogêneas (basicamente com eucaliptos), que atualmente chegam a ocupar mais de hectares.

<sup>3</sup> A idéia de funcionalidade regional decorre da análise feita à época sobre os problemas da economia da região, a saber: especialização das atividades produtivas na mineração, ausência de complementaridade entre essas atividades decorrentes da especialização e outras associadas (fornecedoras ou transformadoras de bens) e “super-saturação de mão-de-obra (em função dos requisitos tecnológicos de produção)”. Esse diagnóstico consta do Plano Mineiro de Desenvolvimento Econômico e Social, proposto em 1971 pelo governo mineiro.

<sup>4</sup> Essa não é uma interpretação exclusiva da tecnocracia mineira. De acordo com dados do Anuário Estatístico do IBGE de 1970, referindo-se ao Vale do Aço, uma característica das “zonas nas quais o carvoejamento ou o reflorestamento se verificam” é “uma transformação na paisagem rural, com a criação de diferentes serviços (escolas, armazéns) além da construção de estradas e casas de alvenaria. Inversamente, se observa uma retração das atividades agrícolas, já que as indústrias absorvem, quase que totalmente, a mão-de-obra disponível” (p. 306).

<sup>5</sup> Com essa afirmativa assume-se como pressuposto que a construção de identidades (sociais, políticas e territoriais) é um processo essencialmente articulado ao modo como se desenvolvem as relações de poder e os mecanismos associados de qualificação e desqualificação social dos sujeitos, dos lugares e dos usos que os primeiros fazem desses últimos. Para uma brilhante problematização dessa questão, consultar Bourdieu (1989).

<sup>6</sup> Expressão cunhada pelo biólogo G. Hardin em 1968 para analisar a relação entre população e recursos. Como todos os indivíduos racionais procuram maximizar seus ganhos usando mais intensamente os recursos comuns disponíveis para toda

a população, o resultado é a produção de uma tragédia: cada indivíduo é compelido a aumentar ilimitadamente o uso dos recursos que são (Hardin, 1988, p. 20).

<sup>7</sup> As companhias siderúrgicas possuíam nessa região, no final da década de 1960, cerca de 195.000 ha de propriedades, dos quais pelo menos um quarto encontrava-se já plantado com eucaliptos. Do mesmo modo, no final da década de 1960, pouco mais de 8% da área total dos municípios do território analisado estavam “reflorestados”, sendo que em alguns municípios em particular esse número chegava a quase 40% (para uma análise desses dados, Gonçalves, 2001, capítulo 3).

<sup>8</sup> Companhia fundada na década de 1970 pela Cia. Vale do Rio Doce e por sócios japoneses para a produção de pasta de celulose para exportação. Recentemente, no início desse novo século, foi vendida para investidores privados nacionais.

<sup>9</sup> Árvore nativa da Mata Atlântica, de nome científico *Piptadenia communis* Benth, que cresce muito rapidamente e que foi utilizada nos primeiros experimentos de plantações da CSBM.

<sup>10</sup> Uma perspectiva que permite entender essa mudança social é fornecida por Thompson (1979) em sua análise da transição social ocorrida com a introdução de uma organização da produção comandada pelo capital industrial, que impôs uma severa reestruturação dos hábitos de trabalho, com a formação de novas disciplinas orientadoras das atividades e da natureza humana dos trabalhadores, o que produziu uma transformação dos “condicionamentos essenciais” dos ritmos de trabalho e da notação do tempo. Segundo Thompson (*op. cit.*), a realização do trabalho numa escala doméstica dependia de uma sincronização simples do tempo de trabalho, que emprestava ao trabalho um ritmo irregular, além de permitir que os trabalhadores pudessem realizar mais de uma atividade, característica dos “ofícios mixtos”. Nesse tipo de organização do trabalho e da produção prevalece uma ordem sob a qual o trabalho é diversificado tanto com relação às atividades a serem realizadas quanto com relação a quem serão as pessoas a realiza-las. Do ponto de vista capitalista, contudo, a realização do trabalho passa a ser medida por uma disciplina não por qualquer questão de técnica, “sino de um mayor sentido de la economía del tiempo entre los patronos-capitalistas” (*op. cit.*, p. 268). Ademais, a imposição do tempo controlado, medido pelo dinheiro ou pela produção de mais-valia, deve ser analisada também pela “vivencia de estes cambios en la sociedad”.

<sup>11</sup> Essa é uma discussão mais complexa do que se pretende apresentar aqui. De qualquer forma, é necessário frisar que a violência **juridicamente** reconhecida como violação de direitos individuais, sociais, políticos e humanos distingue-se muitas vezes daquela violência que é individual, social e simbolicamente **vivida** por camponeses, índios e outras populações “tradicionais” face à penetração do capital nos seus sistemas de organização da vida. Assim, mesmo que muitas vezes a “chegada” da empresa capitalista tenha sido precedida da legalidade (inclusive pela instituição de um mercado de terras, já que ela compra e estimula a venda), isso não significa que exista respeito aos direitos costumeiros ou ausência de violência contra as pessoas e os recursos, inclusive físicos, dos quais dependem. Assim, o desmatamento, a grilagem, a sedução pela moeda e a provocação pelo discurso fantasioso da vida futura melhor, a pressão política pelo uso de autoridades e parentes e, enfim, o discurso que apresenta a empresa como progresso e os atores locais subalternos como atrasados são exemplos de violência que normalmente não são considerados por pesquisadores e analistas das situações de expansão de monoculturas.

<sup>12</sup> O uso da expressão aqui tem a função apenas de indicar como esses camponeses se identificam e são identificados por vários dos mediadores com os quais se relaciona. O fato dessa idéia merecer um tratamento cuidadoso, que não é objeto de discussão nesse artigo, justifica o uso das aspas.

<sup>13</sup> Pensados aqui no sentido proposto por Hobsbawm, para quem o “objetivo e a característica das ‘tradições’... é a invariabilidade. O passado real ou forjado a que elas se referem impõe práticas fixas (normalmente formalizadas), tais como a repetição. O ‘costume’, nas sociedades tradicionais, tem a dupla função de motor e volante. Não impede as inovações e pode mudar até certo ponto, embora evidentemente seja tolhido pela exigência de que deve parecer compatível ou idêntico ao precedente. Sua função é dar a qualquer mudança desejada (ou resistência à inovação) a sanção do precedente, continuidade histórica e direitos naturais conforme o expresso na história. (...) O ‘costume’ não pode se dar ao luxo de ser invariável, porque a vida não é assim nem mesmo nas sociedades tradicionais” (in Hobsbawm & Ranger, 1997, p. 10).

<sup>14</sup> Conforme pode ser notado em algumas das definições ou denominações impostas à região aqui analisada. Esse tipo de interpretação, inclusive, fortalece a idéia que os produtores rurais familiares são ignorantes, preguiçosos, rotineiros ou não inovadores, incultos, insalubres, tolos, um tipo de gente “inadaptável à civilização” – enfim, “uma quantidade negativa” (essas últimas adjetivações são de Monteiro Lobato, extraídas de Park, 1999, p. 144). O campo e seus sujeitos são, assim, a antítese do progresso, da civilização e da urbanidade.